



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

### **ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO PRÉDIO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA, ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 348/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES, NO DIA OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (08-11-2023).**

Ao oitavo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e três, quarta feira às nove horas e quatro minutos, foi realizada a reunião atendendo ao **requerimento nº348/2023** de autoria do Vereador Juliano Vasconcelos Gonçalves, para tratar sobre o planejamento habitacional a longo prazo junto as mineradoras Vale, Samarco e Cedro. **Participaram da Reunião:** Os Vereadores Juliano Vasconcelos, Ronaldo Bento e a Vereadora Sônia Azzi. **Registraram Presença:** Marcelo Macedo - Secretário de Governo; Daniely Cristina S. Alves - Secretária de Desenvolvimento Social; Ricardo Guerra Furtado - Secretário Municipal de Obras; Beatriz de Cássia Fontes - Relações Comunidades Vale; Izabel Azevedo - Relações Institucionais Vale; Marcus Otávio Mariani Nogueira - Especialista de Relação com a Comunidade e Institucional Cedro Mineração; Guilherme Louzada - Relações Institucionais Samarco; Lydiane M. Rangel Martins - Prefeitura de Mariana; **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense havendo número regimental” O Vereador Juliano iniciou os trabalhos desta reunião, ato contínuo, fez a leitura do requerimento. Seguidamente, fez a justificativa de sua convocação, onde observa-se que nos últimos anos Mariana vem aumentando exponencialmente a produção de minério de ferro e conseqüentemente vem crescendo a população flutuante na cidade, além da mineradora Samarco e Cedro estarem iniciando o programa de aumento de produção, que visa a sua duplicação, que conseqüentemente traz problemas sociais para o Município, como por exemplo, a especulação imobiliária que a cidade vive atualmente, sendo hoje, uma das cidades mais caras de se viver no estado de Minas Gerais, acarretando que o cidadão marianense seja “empurrado para as periferias da Cidade”, ou até mesmo, alugando seu imóvel e mudando de cidade. Nota-se também, a necessidade do aumento dos serviços públicos, sendo impactada diretamente, saúde, matrículas escolares e creches, assistência social, devido às empresas terceirizadas, o crescimento de ocupações irregulares, onde no período chuvoso ocorre a sobrecarga, dado os imóveis estarem em área de risco, onde a Secretaria de Desenvolvimento Social é obrigada a retirá-los de suas residências e custear o aluguel. Sabe-se que a mineração possui seus pontos positivos, como a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), mas isto é uma Lei Federal, ou seja, uma obrigação das empresas, logo, o que se discute hoje, são as contrapartidas sociais, que as mineradoras fizeram a décadas atrás, como por exemplo, a criação de diversos bairros, prédios, além de diversas outras ações, é importante ressaltar que elas foram parceiras de outras administrações públicas municipais passadas. Disse que iniciariam uma discussão, visto que o município tem um plano diretor recente e que no mesmo tem áreas de expansão urbana para crescimento habitacional e populacional, e o objetivo dessa reunião é buscar uma parceria público-privada entre a Prefeitura e as mineradoras. Sabe-se que o desenvolvimento econômico é de suma importância, porém é necessário pensar a longo prazo, pois se continuar dessa forma só se verá no futuro os arredores da cidade cheio de ocupações irregulares. Disse que as áreas disponíveis para

R-A



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

habitação, são muitas vezes fora da realidade financeira e econômica para que as pessoas possam construir, então o objetivo é que a Prefeitura ceda essas áreas e que as mineradoras entrem com a infraestrutura, como foi feito no passado. Sugeriu que além das áreas de expansão se crie um fundo, onde seria credenciado com algum Banco para os funcionários que venham para a Mariana, e os mesmos possam construir. O intuito é mapear as áreas de expansão urbana para iniciar a discussão e as empresas levarem para suas diretorias a proposta de parcerias público-privada, pois, a grande dificuldade do Município é realizar a infraestrutura. Com a palavra, a Vereadora Sônia Azzi cumprimentou a todos e concordou com a explanação do Vereador Juliano e acrescentou que a população flutuante poderia ser encaminhada para os distritos para desafogar a Sede. Disse se preocupar com a sobrecarga do sistema de saúde e pediu que as mineradoras tivessem um olhar diferenciado para essa questão. O Vereador Juliano apresentou alguns dados fornecidos pelo Sr. Rodolfo, fiscal de posturas do município, que também é responsável por fiscalizar os alojamentos do Município, atualmente tem cerca de cento e cinquenta alojamentos cadastrados pela Prefeitura, tendo em média de três a quatorze pessoas cada um, pontuou que todos são de empresas que prestam serviço para as mineradoras e seria importante acrescentar esse tema na pauta. Com a palavra, o Secretário de Governo Marcelo Macedo cumprimentou a todos e disse que estamos vivendo o ciclo do minério e que temos que ter “a consciência que nossa cidade é uma cidade mineradora e que temos que operar com responsabilidade, e sabemos a importância de tratar sobre o problema habitacional do município e que isso é uma preocupação do prefeito Celso Cota”. Informou que já realizou várias reuniões com as mineradoras e que o assunto em pauta sempre é a questão habitacional e a população flutuante. Declarou que entende que temos que conviver com a população flutuante, mas que as mineradoras devem contribuir com o Município nas questões habitacionais. Com a palavra, a Sra. Daniely cumprimentou a todos e disse ser um tema de grande relevância para estar discutindo na Câmara. Relatou a importância da mineração para o Município, mas é importante ressaltar a falta de investimento da Cidade a mais de uma década em loteamentos de moradia de interesse social. Disse que quando assumiu a Secretaria, verificaram a demanda de aluguel social, e que o Município tem contribuído para que as pessoas vão para áreas de insalubridade e esse público retorna para ação social em período de chuva. Deste modo, atualmente o aluguel social está no valor de trezentos reais e que isso é um benefício eventual e não a garantia do aluguel. Sendo assim, no início do ano o Município estava com cerca de quinhentos aluguel sociais e que conseguiram reduzir esse número para quatrocentos e um no mês de setembro e no mês de outubro para trezentos e quarenta e dois. Pontuou saber que “não se aluga nem uma garagem com esse valor atualmente no município, porém é o valor que cabe no orçamento da Secretaria de Ação Social.” Disse que começaram a fazer fiscalizações e visitar as famílias que estão no programa de aluguel social e que se depararam com pessoas que nem residem mais na casa, pessoas que estão em uma condição financeira melhor e que não necessitam do benefício. Ressaltou que a assistência social tem que chegar a quem de fato necessita, e que conseguiram aumentar de mil a cem cestas básicas para mil e quinhentas. Declarou que pela Lei não deveria aumentar o número de cestas básicas e sim estabelecer políticas públicas e retirar essas famílias das condições



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camaramariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

de necessidade, mas que fizeram o aumento justamente por entender essa crescente da população de Mariana, e por terem muitas famílias em situação de extrema pobreza. Deste modo, no ano de dois mil e quinze a dois mil e vinte e dois tiveram mil quatrocentos e vinte e uma famílias que fizeram a transferência do CadÚnico de outros municípios para Mariana. Esse público está dentro dos serviços de assistência social, além das famílias já assistidas. Disse que teriam iniciado uma conversa com a Fundação Renova sobre a desmobilização das empresas, pois, muitos trabalhadores mesmo com toda dificuldade, possuem condições de uma vida melhor do que tinham no seu local de origem, e que não cabe a assistência social perguntar se aquela família gostaria de retornar a sua cidade, e diante dessa limitação começou a cobrar a Renova uma reunião para tratar de como seria a desmobilização. Declarou perceber que o Município não teve cuidado com a chegada das empresas, e o Fórum de Desenvolvimento Regional, que é voltado para essa área social, que foi criado para que a assistência social discuta juntamente com as mineradoras os impactos causados e os benefícios e a responsabilidade social de cada mineradora. O objetivo dessa reunião não é buscar culpados e sim soluções para sanar esses problemas. Pontuou que a especulação imobiliária tornou os moradores do Município que não são público da assistência mais pobre, pois, o valor dos aluguéis aumenta mais do que a renda familiar. Ressaltou que é importante rever as condições impostas às empresas ao cederem o alvará quando as mesmas vem prestar serviços, como por exemplo, onde será o escritório na cidade, pois tem muitas empresas explorando nosso minério, mas que não recolhem impostos em Mariana. Informou que tiveram muitos casos de notificações do conselho tutelar de casos de importunação a adolescentes, além do crescimento da violência infantil, violência doméstica e violência sexual contra mulheres. Diante a estes fatos, não houve retorno por parte da Renova, logo, o atual Prefeito já solicitou da Renova o retorno do tratamento deste tema. Ainda com a palavra, a Sra. Daniely informou que houve um aumento em cento e quinze por cento do número de moradores de rua, como também, há preocupação por parte do Executivo que a quantidade de mão de obra no Sine não seja absorvida pela população. Com a palavra, o Vereador Juliano se demonstrou extremamente preocupado com os dados passados pela Secretária, e deve tratar esta pauta como prioritária. Com a palavra, a Sra. Daniely relatou que, hoje, o Município possui mais de quinze mil pessoas abaixo da linha da pobreza, impactando muito mais entre as mães solas, e tem-se mais de vinte e nove mil pessoas como público da Assistência Social de Mariana, dados oficiais de abril de dois mil e vinte e três. Com a palavra, a Vereadora Sônia perguntou à Secretária se ela possui algum levantamento de quantas pessoas, residentes de Antônio Pereira, que são flutuantes e atendidas em Mariana, e como é controlado? Em resposta, a Sra. Danily relatou que o atendimento ocorre com pessoas de todos os Estados do Brasil, além de Haitianos e Venezuelanos, como também, os direitos humanos garantem a esta assistência em todo o território nacional. Disse que em sua pasta, o trabalho é feito a partir de relatos, não há trabalho investigativo, mas possui acesso a documentos, e após realizar a Busca Ativa, com o apoio da Secretaria de Defesa. Declara que o trabalho realizado pela Secretaria tem o intuito de assistir o cidadão por até dez dias. Com a palavra, o Sr. Marcelo informou que com relação às empresas que se instalaram na Cidade, o que seria mais eficiente é fazer



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

o cumprimento da Lei, “exigir que as empresas que venham a se instalar no Município, tanto na zona urbana como na rural, submeter-se antecipadamente ao Poder Público Municipal o plano de suas atividades, compatibilizando-o com o interesse do Município e com a saúde e bem estar da população”, e isto está no planejamento da Sec. de Governo e será aplicado nos próximos quinze a vinte dias, fazendo-as novas empresas e a já instauradas cumprirem a Lei. Com a palavra, a Sra. Daniely reforçou que esta pauta deve conter o fortalecimento da zona rural, proporcionando a esta população o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas, trazendo a possibilidade de fazer a migração da população para estas localidades. Com a palavra, o Sr. Ricardo disse que os problemas citados, são recorrentes de cidades mineradoras, “como o aumento da riqueza reflete em mais pobreza”, logo, acaba ocorrendo um desequilíbrio entre a oferta e demanda. Desta forma, “Mariana hoje possui um passivo muito grande, que é a área de ocupação para regularizar e o futuro, que hoje, se não houver nenhuma política pública, a tendências e piorar a situação” deste modo, deve-se realizar o programa de regularização fundiária urbanística e ambiental das áreas de ocupação irregular, que já está em andamento, e o trabalho de médio e longo prazo, que é iniciar o trabalho de planejamento territorial político e habitacional, contanto com as parcerias público/privadas. Com a palavra, o Vereador Ronaldo relata que a proposta de criar a política habitacional de médio a longo prazo, é algo que merece uma visão diferenciada do poder público, desta forma, é necessário criar uma plano sério de trabalho, principalmente após o rompimento da barragem de Fundão, e este requerimento retrata esta idealização, visando principalmente as pessoas mais humildes. Com a palavra, o Sr. Guilherme primeiramente parabenizou a Casa por buscar soluções para o tema tratado, seguidamente, se demonstrou surpreso pelos dados apresentados pela Secretária, que não somente afetaram a população, mas também a mineração. Acrescentou que a partir da mineradora Samarco, vem auxiliando o Município com informações, tratado pelo cumprimento da Lei citada pelo Secretário de Governo Marcelo Macedo. O próximo ponto está relacionado à questão da ordem e segurança dos alojamentos, onde a empresa possui um controle sobre as empresas terceirizadas, além de cobrar questões referentes à higiene, segurança, ordem, etc. Outra questão está relacionada ao empenho em realizar grande parte das contratações no Município, como também, o fornecimento de qualificação. Complementando, a Sra. Daniely relata a necessidade de aumentar os meios de qualificação, as empresas devem buscar a ressocialização das pessoas que acabaram seu cumprimento penal. Com a palavra, o Sr. Guilherme relata a busca em fornecer um programa de diversidade. Citou outra ação estruturante, onde foi feito um convênio com o SAAE, para a tubulação e distribuição de água na sede, no valor de um milhão e meio de reais, onde será feita perfuração de um poço artesiano no bairro Morro Santana. Disse sobre a criação e ampliação do plano de diversificação econômica, de forma a preparar a Cidade para o fim da mineração. Finalizou declarando que o déficit de imóveis na cidade é uma oportunidade de investimento para o setor imobiliário. Com a palavra, o Sr. Marcus relata a complexidade social do Município, e a Cedro apesar de ainda não ter completado um ano de operação, já assumiu alguns compromissos com a Cidade, como por exemplo, foi assinado publicamente compromissos que eles terão como o Distrito de Camargos,

Ret



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

além de já terem realizados duas obras de infraestrutura, e investimentos em, educação, saúde e cultura, e irão continuar executando e iniciando parcerias com a cidade de Mariana. Com a palavra, o Vereador Juliano fez críticas ao Secretário de Cultura, que solicitou da Cedro o pagamento de um show que ocorreu na Festa da Cidade, e com o Município necessitando de tratar pautas mais sérias, “é certo que a Cedro fez a sua parte e ajudou, mas o Município está correto em solicitar isso?”. Com a palavra, a Sra Isabel relata que a Vale vem trabalhando com o Município para o apoio do desenvolvimento social, pensando na diversidade de capacitação da população, bem como em outras frentes, como a gestão do fundo do idoso, capacitação do Município para poder receber e aplicar os aportes. Recentemente foi auxiliando na reforma do museu Casa do Conde, dentre outros eventos dentro da Lei da Cultura e da Lei do Esporte, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos alunos das escolas municipais. Com relação ao déficit fundiário, relatou que a Vale vem trabalhando fortemente com a Cidade para realizar a regularização fundiária, e vem aplicando a discussão ao início da gestão do Prefeito Celso Cota, desta forma, tem-se que hoje é o início de um projeto que será desenvolvido no Município. Com a palavra, o Vereador Juliano relatou que esta pauta de moradias é de suma importância, dado que grande parte das áreas habitáveis pertencem à Vale, não somente, tem-se também, a Mina da Passagem e a Arquidiocese. Além de se observar que grande parte das ocupações vem ocorrendo nos terrenos da Vale, logo, o Reurb é outra pauta em que a empresa será chamada para a discussão. Ainda com a palavra, o Vereador Juliano solicitou que fosse feito um requerimento/ofício solicitando do Executivo o levantamento de terrenos aptos e que possam ser liberados para receberem investimentos imobiliários, de acordo com o plano diretor. E solicitou dos representantes das mineradoras que levem estas demandas as suas diretorias, dado que, esses terrenos, após identificados, qual a possibilidade de se criar um parceria público privada, para o crescimento imobiliário ordenado destas áreas, como também, a possibilidade de criação de um fundo, que garantiria a construção ou aquisição de imóveis com juros reduzidos. O Vereador Juliano solicitou que fosse marcada outra reunião para o dia cinco de dezembro de dois mil e vinte três às oito horas e trinta minutos, para tratarem das solicitações feitas durante a reunião.

**ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, em nome de Deus e do povo Marianense, o Vereador Juliano Vasconcelos encerrou a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. **Para constar lavrou-se esta ata, que será assinada:**